

AS CRENÇAS DE ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

Maria da Conceição Osório Ribeiro

Mestranda em Psicologia
Universidade Fernando Pessoa – UFP
conceicaoosorio@gmail.com

Ana Isabel Sani

Professora Auxiliar
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP
anasani@ufp.pt

Resumo

Partindo da discussão conceptual sobre a violência e de uma referência às representações sociais acerca do comportamento violento, apresentamos alguns dados, retirados de um estudo mais vasto sobre prevenção, relacionados com as crenças de um grupo de jovens adolescentes sobre a violência interpessoal. Os resultados mostram que as razões de ordem individual são aquelas que para os adolescentes mais legitimam o uso da violência.

Palavras-chave

crenças, adolescentes, violência interpessoal

Abstract

Taking into account a conceptual discussion about violence and a reference to the social representations concerning the violent behaviour, we present some data, drawn from a larger study on prevention, concerning the beliefs of a group of young adolescents on interpersonal violence. The results show that for these adolescents the reasons that most legitimize the use of violence are those of an individual level.

Key Words

beliefs, adolescents, interpersonal violence

INTRODUÇÃO

1. O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim *violentia,ae* que significa violência, carácter bravo, força (Houaiss & Villar, 2003). Pode significar, ainda, qualidade de violento, qualidade daquele que actua com força ou grande ímpeto, empregando a acção violenta, opressão ou tirania, ou mesmo qualquer força contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa, constrangimento físico ou moral exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem. Violento, por sua vez, é um adjectivo que indica aquilo que ocorre com uma força extrema ou uma enorme intensidade.

Os entendimentos do que é ou não violência têm variado em função dum complexo processo de construção das nossas sensibilidades e das diversas definições pelas quais o fenómeno vai passando (Pais, 1996, citado por Dias, 2004).

De acordo com Domenach (1978, citado por Dias, 2004) a violência é o uso de uma força “aberta” ou “fechada” cuja finalidade consiste em obter de um indivíduo ou grupo o que eles não conseguem directamente. Já Khan (1978, citado por Dias, 2004) considera que o sentido mais corrente da palavra violência se refere ao exercício de uma força física, acção, comportamento, tratamento ou costume com o objectivo de atingir ou causar danos a pessoas ou bens ou a usurpar pela força a liberdade de um indivíduo¹.

Fischer (1994) considera que a violência se manifesta através da agressão e significa o uso material da força; acrescenta que a agressão como forma de violência social deve ser enquadrada numa perspectiva que considere o peso do contexto social, as condições económicas em que vivem os indivíduos e os seus valores culturais. Assim, de acordo com esta perspectiva, a questão da violência está ligada a representações sociais, que a codificam de forma positiva ou negativa, consoante determinado quadro de referências o admita ou não.

Enquanto para Fischer o que se considera mais relevante na violência é o uso material da força, Guillotte (1999, citado por Galego, 2004) destaca o seu carácter de reacção a algo exterior, considerando imprescindível apreender o que pode accionar a violência e o seu sentido. À semelhança de Fischer, Guillotte considera que os actos violentos devem ser compreendidos na relação com outros fenómenos que os acompanham, isto é, não se pode descurar do contexto social, económico e cultural, onde os indivíduos se inserem (Galego, 2004).

Anderson e Bushman (2002) definem violência como a agressão que tem como objectivo o dano extremo (e.g., morte), considerando que toda a violência é agressão, mas muitas situações de agressão não são violentas.

Na definição da Organização Mundial de Saúde considera-se a violência como o uso intencional de força ou poder físico, real ou ameaça, contra si próprio, outra pessoa ou contra um

¹ Khan acrescenta que a violência é, ela própria, um símbolo e uma metáfora, conduzindo a que o termo seja aplicado a qualquer fenómeno ou comportamento. Como exemplo podemos referir “violência na rua” ou “violência política”.

grupo ou comunidade, que resultem ou tenham uma grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002).

O campo jurídico, por seu lado, trabalha com conceitos de doloso e culposos, sendo que o que diferencia doloso de culposos é a intenção em praticar a infracção. Como intenção é um constructo subjectivo por estar sujeito à contaminação do juízo moral do observador (Tremblay, 2000, citado por Leme, 2004), determiná-la torna-se uma tarefa difícil e propícia a equívocos.

Apenas com estas, de entre muitas, tentativas de definir a violência torna-se evidente que se trata de um conceito carregado de sentidos que apresenta uma multiplicidade de aspectos. Acresce o facto de que houve tempos em que a violência era considerada como natural ou até um comportamento de honra ou desafio, sendo tolerada ou até exaltada. Actualmente a sensibilidade e intolerância face aos comportamentos violentos faz com que seja mais evidenciada a sua existência e mais frequentes a identificação e intervenção de situações a esse nível.

Assim, como é possível constatar, embora não seja grande a variação, são muitas as definições de violência que podemos encontrar na literatura. Entre as muitas noções descritas achamos que a definição de violência de Oliveira e Manita (2003) garante especial consenso até pela amplitude de comportamentos abarcáveis – *“uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiro ou de toda a forma de acção intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa”* (p. 217).

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA

O comportamento violento é, por definição, social na medida em que pressupõe, como a maioria das condutas humanas, uma relação diádica. É uma interacção social na medida em que tem a sua origem e se efectiva na relação com o outro, sendo uma relação que condiciona e modela o repertório comportamental dos indivíduos (Moser, 1991, citado por Guimarães & Campos, 2007).

Os julgamentos sociais acerca do que é violento são, assim, muito importantes e, de acordo com Feldman (1979) dependem da intensidade das respostas do executor, do nível da exibição de dor ou dano pela vítima, das intenções atribuídas ao executor e das características deste – género, idade, classe social, entre outras. As características do observador – a pessoa que está a fazer o juízo social – determinarão, em certa medida, a atribuição que ele faz, levando-o, por exemplo, a interpretar os comportamentos observados em termos do modo como ele próprio agiria numa situação semelhante.

Com a actual mudança cultural e as transformações do sistema de valores e das relações sociais, observa-se que as tensões sociais que anteriormente apresentavam desfechos onde tendiam a predominar acordos e negociações, encontram actualmente na violência física ou verbal uma tendência predominante. Nota-se assim, de acordo com Guimarães e Campos (2007) uma disposição cultural para se considerar fenómenos de violência explícita (actos agressivos) como sendo, além de frequentes, ‘comuns’, ‘naturais’ e até ‘banais’, destituindo a violência do lugar da excepcionalidade, para se tornar uma vivência do quotidiano.

De acordo com os mesmos autores, o que caracteriza fundamentalmente esta noção de banalização da violência é a legitimação do uso da agressão (física ou simbólica) como forma de regulação/resolução de conflitos de interesses, seja entre pessoas ou grupos. Um reflexo dessa disposição pode ser observado tanto nos noticiários televisivos, que mostram assassinatos e brutalidades cada vez mais atribuídos a razões consideradas, do ponto de vista jurídico e social, fúteis, ou seja, banais e que aparentemente já não chocam os telespectadores, como também nos discursos do quotidiano em que agressões consideradas leves não são caracterizadas como violências.

De referir, ainda, a tendência, verificada principalmente em estudos com adolescentes (Campos & Guimarães, 2003 citados por Guimarães & Campos, 2007), para o reconhecimento da violência somente em situações marcadas pela existência da agressão física. Neste contexto ocorre uma vinculação da noção ou representação da violência ao acto agressivo e, prioritariamente, ao acto agressivo resultante em morte, excluindo comportamentos menos evidentes como sejam a intimidação, a coacção e a negligência. Outro ponto que merece destaque diz respeito ao grande envolvimento de jovens em contextos e episódios de violência, tanto como autores, quanto como vítimas. Aparentemente, a associação entre juventude (especificamente o período da adolescência) e violência é uma inquietação presente na maioria das sociedades, sejam elas portadoras de elevados índices de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, ou não. Nota-se uma tendência da opinião pública e do senso comum em relacionar adolescência e violência (principalmente a criminalidade) tão forte como a tendência para associar pobreza e violência (Guimarães & Campos, 2007).

Posto isto aproveitamos o mote para descrever, de acordo com um estudo realizado junto de uma população adolescentes a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, as representações que estes elaboram acerca da violência interpessoal.

3. ESTUDO SOBRE AS CRENÇAS DE ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Os dados que se pretende apresentar resultam de um estudo mais vasto, que envolveu a participação de jovens adolescentes num programa de prevenção da violência em contexto escolar (cf. Ribeiro, 2008). Neste estudo, com várias fases, a proposta inicial passou, entre outros objectivos, por conhecer quais as crenças que adolescentes do 3º ciclo do Ensino Básico detinham sobre a violência interpessoal, tentando especificamente perceber quais as razões que mais legitimavam, segundo os jovens, o uso da mesma.

Os participantes foram 64 estudantes portugueses, de ambos os géneros, com idades entre os 11 e os 18 anos, de turmas do 7º e do 9º ano de escolaridade, oriundos de uma escola pública da Zona Norte. Um dos instrumentos preenchidos pelos adolescentes foi a *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (ECCV) de Sani (2003), a qual permite uma análise das ideias que cada criança tem acerca do fenómeno. A E.C.C.V. é uma escala tipo *Likert* composta por 32 itens com quatro opções de resposta, definidas como 1 (não concordo), 2 (concordo pouco), 3 (concordo) e 4 (concordo muito). Para cada item, correspondente a uma crença, as respostas organizam-se no geral (excepto em 3 itens do factor 4, que têm cotação invertida) desde menos irracionais (1) a mais irracionais (4), significando uma pon-

tuação alta que a criança possui ideias bastante congruentes com as afirmações presentes em cada item, suscitando ter crenças erróneas quanto maior o grau de concordância com tais alíneas (Sani, 2006).

A E.C.C.V. é uma escala que apresenta uma estrutura diferenciada (heterogénea), que originou a emergência de quatro factores: i) determinantes socioculturais (o qual remete para as assimetrias históricas e culturais que numa sociedade podem servir de fundamento para o exercício da violência; integra processos ligados com a discriminação, relacionados com a idade ou o género; e ainda crenças relacionadas com o *coping* com a violência; engloba os itens 7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29), ii) determinantes individuais (remete para a variedade de razões pessoais para a ocorrência de violência entre indivíduos: patologia, comportamentos aditivos, sendo que a aceitação destes aspectos pode pressupor uma desculpabilização da conduta violenta e/ou do ofensor, engloba os itens 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20, 22), iii) determinantes educacionais (remete para a ideia da violência como justificada pela necessidade de utilizar uma estratégia punitiva para educar, o que a legitimaria; engloba os itens 4, 12, 17, 18, 30, 31) e iv) etiologia da violência (remete para as crenças centrais sobre a origem da violência: argumento biológico – assumption de que a violência é inata e não adquirida - e argumento psicossocial, a violência não deriva das diferenças entre os indivíduos pelo que há igualdade psicológica e social; engloba os itens 3, 27, 32) (Sani, 2006).

No que respeita aos procedimentos para a investigação, primeiramente submetemos ao Conselho Pedagógico da escola um pedido para a realização do estudo, o qual foi autorizado. Em seguida procedeu-se à recolha de autorizações para a participação na investigação, por parte dos participantes ou seus responsáveis legais. Para isso foram elaboradas fichas, nas quais se explicitavam os objectivos da investigação e se clarificava o tipo de participação pretendida. As questões de confidencialidade dos dados foram devidamente salvaguardadas, quer na carta dirigida aos Encarregados de Educação quer no momento de recolha de dados (ocorrida em Setembro de 2007) junto dos participantes, onde se reafirmou a possibilidade de desistirem se e quando o desejassem.

Os dados obtidos foram inseridos no programa "*Statistical Package for Social Sciences*" – SPSS for Windows (Versão 15.0). A seguir apresentamos e discutimos os resultados das análises realizadas.

3.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os participantes no estudo foram jovens com uma média de idades de 13,22 anos (DP=1,82), 69% frequentavam o 7º ano e 31% um Curso de Educação e formação Tipo 3 (9º ano). Quanto ao género, 58% são do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Estes adolescentes pertencem a um nível sócio-económico médio (analisado a partir de dados recolhidos das fichas socioeconómicas realizadas pelos Directores de Turma).

As primeiras análises consistiram, então, em averiguar as crenças que os participantes apresentam em relação à violência e, especificamente, as causas que a legitimam. Em termos gerais verificamos que para todas as afirmações/itens da escala (cf. Tabela 1) existem oscilações de resposta entre 1 (não concordo) e o 4 (concordo muito), à excepção dos itens 11, 18, 21, 26, 29, 31 cujo valor máximo é 3 (concordo) e o item 12 cujo valor de resposta não ultrapassa o 2 (concordo pouco). Significa isto que, nestes últimos itens, há uma menor concordância com

eles, i. é, uma não tão grande aceitabilidade das afirmações apresentadas na justificação do uso da violência. A dispersão de resultados é consequentemente menor, o que aponta para uma maior proximidade entre os participantes no que toca à legitimação de cada um dos fundamentos apresentados na prática de actos violentos. Observe-se que os itens apontados circunscrevem-se a dois factores, o primeiro que agrupa as razões de cariz sociocultural e o terceiro que diz respeito aos determinantes associados a aspectos educativos.

Tabela 1. Estatística descritiva para os vários itens da escala (E.C.C.V.)

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
ECCV1	1	4	2,92	,896
ECCV2	1	4	2,66	,979
ECCV3	1	4	2,72	,983
ECCV4	1	4	1,28	,678
ECCV5	1	4	2,14	,889
ECCV6	1	4	1,91	1,065
ECCV7	1	4	1,84	,912
ECCV8	1	4	2,17	1,001
ECCV9	1	4	2,70	,867
ECCV10	1	4	1,73	,802
ECCV11	1	3	1,28	,519
ECCV12	1	2	1,13	,333
ECCV13	1	4	2,02	,807
ECCV14	1	4	1,45	,815
ECCV15	1	4	2,47	,872
ECCV16	1	4	2,16	,895
ECCV17	1	4	1,22	,548
ECCV18	1	3	1,28	,487
ECCV19	1	4	1,94	1,022
ECCV20	1	4	2,53	1,038
ECCV21	1	3	1,31	,531
ECCV22	1	4	1,27	,648
ECCV23	1	4	1,25	,563
ECCV24	1	4	1,61	,919
ECCV25	1	4	1,22	,629
ECCV26	1	3	1,09	,344
ECCV27	1	4	1,91	,988
ECCV28	1	4	1,55	,795
ECCV29	1	3	1,11	,362
ECCV30	1	4	2,11	,945
ECCV31	1	3	1,33	,619
ECCV32	1	4	1,94	1,125

Numa análise por factores podemos constatar que a maioria dos itens respeitantes ao factor 1 (Determinantes Socioculturais) tem resultados entre 1 e 2 pontos, significando nenhuma ou pouca concordância com as afirmações apresentadas. A excepção é o item 13 "*A violência entre crianças não passa de brincadeira*" com uma média de 2,02 (DP=0,81). Neste item 45% dos participantes concordam pouco com a afirmação, havendo 26,5% destes que apresentam opinião mais favorável (23,4% concordam e 3,1% concordam muito).

Quanto ao factor 2 (Determinantes individuais) temos a maioria dos itens a pontuar acima de 2 (itens 1, 2, 5, 8, 9, 15, 16 e 20). Deste conjunto destaca-se o item 1 "*Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo*", com 75,1% dos sujeitos a evidenciarem uma posição concordante com a afirmação, dos quais 25% concordam muito. O item 2 "*Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo de errado*" releva também dado que a maior distribuição percentual dos sujeitos se encontrar na categoria "concordo" (35,9%), que juntamente com a categoria "concordo muito" (21,9%) perfaz um total de 57,8% de participantes com opinião favorável com esta asserção. Destacamos ainda o item 9 "*O álcool é responsável pela violência entre as pessoas*", uma afirmação que encerra um juízo frequentemente aceite pela população em geral e que a nossa amostra reafirma, ao verificarmos que 40,6% dos adolescentes concordam com esta ideia, existindo quem concorde muito (18,8%). O item 20 "*Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermos para acabar com a situação*" importa referenciar, pois é de todos os itens apontados anteriormente, aquele que apresenta uma distribuição mais repartida pelas diversas possibilidades de resposta, com 20,3 % dos sujeitos a não concordarem com a alegação, 26,8% a concordarem pouco, 32,8% a concordarem e 20,3% a concordarem muito. Todos os itens que acabamos de descrever pontuam em média acima de 2,5. Com um sentido diferente, i. é, com um valor mais perto de 1 temos o item 22 "*As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar*" com uma média de 1,27 (DP= 0.65). Neste item 81,2% dos adolescentes referem não concordar com esta ideia.

No factor 3 (Determinantes educativos) quase todas as questões pontuam menos de 1,5. A excepção é, apenas, o item 30 "*Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem*", o qual pontua 2,11 em média (DP=0,85). Para este item verificamos que 43,8% dos sujeitos apresentam uma posição de "concordo pouco" e 28,1% dos participantes simplesmente não concordam. Esta posição discordante é claramente assumida quando no item 12 "*Um adulto (ex pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar*", 87,5% dos sujeitos afirmam que não concordam com a razão apresentada, sendo que os restantes 12,5% estão contidos na categoria seguinte de "concordo pouco".

Para o factor 4 (Etiologia da violência) o item 3 "*A violência tem a ver com o querer exercer controlo*", pontua 2,73 em média (DP=0,98), exprimindo este valor uma forte concordância com a ideia de que a violência tem origem na necessidade de alguém exercer poder sobre o outro. O item 27 "*A violência é algo que se aprende*" e o item 32 "*A violência tem a ver com poder ou desigualdade*" pontuam 1,91 e 1,94 respectivamente, resultados que indicam pouca concordância com o peso desses dois factores no aparecimento de condutas violentas.

Em suma, observamos que as principais formas apresentadas por este grupo de jovens para legitimar a violência apontam para razões pessoais para a ocorrência de violência entre indivíduos, nomeadamente as características da vítima (e.g. a vítima provocar ou confiar no agressor) e externas ao agressor (e.g. o abuso de álcool ou perturbações mentais), ou ainda pela ausência de ligação afectiva entre o agressor e a vítima. A aceitabilidade deste tipo de

argumentos pode ter subjacente uma certa desculpabilização da conduta violenta e/ou do ofensor. Estes resultados são concordantes com os de um estudo sobre as percepções dos adolescentes relativamente à violência no namoro realizado por Lavoie, Robitaille e Rese-arch Hébert (2000, citados por Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006) no qual os autores verificaram que os adolescentes atribuíam parte da responsabilidade pela violência às vítimas (e.g. provocação, personalidade). Estes estudos denunciam a presença de alguns mitos em torno da violência, crenças que podem ser entendidas como formas estereotipadas de conceber o fenómeno, negando-o, normalizando-o ou justificando-o. Estas crenças podem aumentar o risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências, promover a desculpabilização do agressor, privatizar o problema dos maus-tratos, banalizar a experiência da vítima, negar a gravidade dos maus-tratos, não reconhecer a sua dimensão criminal e conduzir à ausência de denúncia e de intervenção (Matos *et al.*, 2006).

A admissão por parte destes jovens de justificativos de ordem pessoal para o uso da violência faz-nos questionar se será este fenómeno conjecturado como um problema social e com envolvimento de dinâmicas sociais muito peculiares. Se repararmos há pouca concordância relativamente a itens pertencentes ao factor 1 (determinantes socioculturais) e ao factor 4 (etiologia da violência). Para este grupo de jovens, as diferenças entre as pessoas não tem influência na exibição de comportamentos violentos e a violência tão pouco é entendida como um comportamento que pode ser aprendido. Segundo o entendimento destes jovens longe estão eles de achar que o comportamento de cada indivíduo é influenciado pelo ambiente em que este se insere, especialmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coação (Gelles, 1997, citado por Matos *et al.*, 2006)

Mais evidente ainda é a não-aceitação do uso de violência por justificativos associados à educação. Talvez por serem jovens e menores de idade surge algum consenso neste grupo face à não legitimação do castigo físico como forma de educar. Certo é que no contexto familiar a violência não pode ser eleita como prática punitiva e educativa, pois desta forma a família seria percebida como uma entidade que viabilizaria e legitimaria o uso de certos comportamentos agressivos entre os seus membros. A família pode e deve ajudar na interiorização de valores ideológicos e sociais (e.g., atitudes e crenças sobre os papéis de género e a violência) associados à ocorrência de condutas violentas (Gelles, 1997, citado por Matos *et al.*, 2006).

Por fim, e a propósito do que acabemos de dizer, quisemos averiguar se existiria alguma tendência de diferenciação na forma como jovens do sexo masculino e do sexo feminino se posicionam quanto às crenças. Os resultados apontam para equivalência no geral, mas diferenças significativas ($p < .05$) quanto ao factor 1 (Determinantes socioculturais, o qual integra as assimetrias históricas e culturais que numa sociedade podem servir de fundamento para o exercício da violência), com os rapazes a aceitar mais este tipo de argumentos na justificação da violência.

CONCLUSÃO

O conceito de violência, como quase todos os que se reportam aos comportamentos humanos complexos, muito particularmente aos ditos comportamentos desviantes, está em permanente transformação, fruto de processos de construção social que, em cada momen-

to, traduzem as condições sociohistóricas e políticas, mas também as condições de produção discursiva dominantes nessa sociedade (Oliveira & Manita, 2003).

As análises dos dados apresentados revelaram que os determinantes individuais são globalmente considerados como justificativos do comportamento violento. Estes dados são concordantes com alguns estudos que referem a presença de alguns mitos em torno da violência, formas tradicionais de conceber a violência e que tendem a minimizar a sua prevalência e os seus efeitos (Matos *et. al.*, 2006; Sebastião, Campos, Alves & Amaral, 2004).

O presente estudo realizou-se com um grupo de jovens estudantes portugueses e possibilitou um diagnóstico preliminar quanto à necessidade de intervir na modificação de crenças, justificando a construção e aplicação de um programa de prevenção primária da violência (cf. Ribeiro, 2008). Em Portugal, as situações de violência grave são raras, embora revelando a existência de situações que poderíamos designar globalmente como violência de reduzida gravidade e de baixa intensidade. Este tipo de violência é recorrente e quotidiana, atingindo toda a população escolar, verificando-se uma certa “naturalização” das situações de violência pelos diferentes actores presentes no espaço educativo (Sebastião, Campos, Alves & Amaral, 2004).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C. A. & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *In: Annual Review of Psychology*, 53, pp. 27–51.
- DIAS, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto, Edições Afrontamento.
- FELDMAN, P.M. (1979). *Comportamento criminoso: uma análise psicológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FISCHER, G. (1994). *A Dinâmica Social: Violência, Poder, Mudança*. Lisboa, Planeta ISPA.
- GALEGO, C. (2004) Violência nas escolas: Representação social dos mass media. *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*. [Em linha]. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628bc0b8d9c4_1.pdf. [Consultado em 28/06/2007].
- GUIMARÃES, S. P. & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), pp. 188-196.
- HOUAISS, A. & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- KRUG, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (2002) *World Report on violence and health*. Genebra, World Health Organization.
- LEME, M. I. (2004) Resolução de Conflitos Interpessoais: Interações entre Cognição e Afetividade na Cultura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), pp. 367-380.
- MATOS, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), pp.55-75.
- OLIVEIRA, A. & Manita, C. (2003). Prostituição, violência e vitimação. *In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). Violência e Vítimas de Crimes*. Volume 1 - Adultos. Coimbra, Quarteto Editora, pp. 213-239.
- RIBEIRO, C. O. (2008). *Prevenção primária da violência: construção, implementação e avaliação de um programa de intervenção em contexto escolar*. Tese de Mestrado não publicada. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

SANI, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interpaparental*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

SANI, A. I. (2006). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV) *In*: Machado, C. Almeida, L. C., Gonçalves, M. & Ramalho, V. (org.). *Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga, Psiquilíbrios, pp. 917-926.

SEBASTIÃO, J., Campos, J., Alves, M. G. & Amaral, P. (2004) *Escola e Violência: Conceitos, Políticas, Quotidianos*. Relatório de pesquisa. Centro de Investigação e estudos de sociologia.